



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I – Lei Federal nº 14.133/21).

1.1. A contratação de empresa especializada em consultoria técnica em engenharia elétrica é necessária para que o Município possa realizar a avaliação detalhada das faturas e contratos de fornecimento de energia elétrica de todas as suas unidades consumidoras, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades, cobranças indevidas ou inadequações técnicas e tarifárias.

1.2. A Administração Municipal carece de equipe própria com formação e atribuição técnica específica para desempenhar tais atividades de análise e auditoria energética, as quais exigem conhecimento especializado, instrumentos técnicos de medição e domínio da legislação e regulamentação do setor elétrico, especialmente das normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.3. Dessa forma, a contratação visa suprir essa carência técnica e garantir o correto acompanhamento e fiscalização das contas de energia elétrica, possibilitando a recuperação de valores pagos indevidamente, a adequação dos contratos de fornecimento, e a redução dos custos mensais com energia, de forma legal, segura e eficiente.

1.4. A necessidade, portanto, decorre do interesse público em assegurar a gestão racional dos recursos financeiros, a eficiência energética e o cumprimento dos princípios da economicidade e eficiência administrativa.

2. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, II – Lei Federal Nº 14.133/21).

2.1. Considerando que, para o exercício de 2025, o Município de Cândido Rodrigues/SP não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente elaborado e publicado, a presente contratação é justificada pela necessidade previamente identificada no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III – Lei Federal nº 14.133/21).

3.1. Não será admitida a subcontratação deste objeto.

3.2. Não haverá exigência de garantia da contratação tratada nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Para que o objetivo proposto pela contratação seja plenamente alcançado, devem ser realizadas as seguintes ações essenciais:

3.3.1. Verificação detalhada das faturas de energia elétrica: realizar análise minuciosa das contas de energia para identificar possíveis cobranças indevidas, garantindo a correta aplicação das tarifas e eventuais ajustes necessários.

3.3.2. Cálculo de consumo e potência: Elaborar memória de cálculo detalhada referente ao consumo e à potência utilizada, com ênfase especial na iluminação pública, para assegurar a exatidão dos dados e a conformidade com os padrões técnicos.

3.3.3. Identificação de cobranças indevidas: Apurar isenções tarifárias e outras inconsistências nas cobranças, de modo a corrigir distorções e promover a justiça tarifária.

3.4. A escolha da solução mais adequada para atender a presente demanda será realizada com base nas opções disponíveis no mercado, priorizando a contratação de empresa especializada que possua comprovada capacidade técnica e experiência no setor.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV – Lei Federal nº 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO SERVIÇO
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria técnica em engenharia elétrica, com o objetivo de realizar avaliações e propor adequações nas contas de energia elétrica do Município, visando à redução dos valores pagos e à recuperação de eventuais valores pagos indevidamente, por meio da instauração de processos administrativos junto ao órgão regulador competente (ANEEL), conforme a legislação aplicável.	R\$ 0,19 (dezenove centavos) a cada R\$ 1,00 (um real) recuperado.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (art. 18, §1º, V – Lei Federal nº 14.133/21).

5.1. Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a contratação na forma descrita nesse estudo, porquanto a administração não possui tais servidores em seu quadro.

5.2. Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade.

5.3. Na oportunidade, constatamos que a forma de contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da administração pública.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI – Lei Federal nº 14.133/21).

6.1. O valor estimado da contratação corresponderá a um percentual sobre o valor recuperado, de modo que não haverá um custo a ser suportado pelo município, mas sim um abatimento no preço total recuperado, percentual que com base na média de cotação encontrada é de R\$ 0,19 (dezenove centavos) a cada R\$ 1,00 (um real) recuperado.

6.2. Não havendo valores recuperados/restituídos, nenhum valor será pago à contratada, independentemente da realização dos serviços.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII – Lei Federal nº 14.133/21).

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em consultoria técnica em engenharia elétrica, com comprovada experiência na execução de serviços voltados à análise, revisão e otimização de contas de energia elétrica.

7.2. A empresa contratada deverá realizar levantamentos técnicos, avaliações documentais e diagnósticos detalhados das unidades consumidoras do Município, identificando inconsistências, falhas de enquadramento tarifário, cobranças indevidas ou oportunidades de economia.

7.3. Com base nas análises efetuadas, a contratada deverá apresentar relatórios técnicos conclusivos, contendo recomendações para adequações e melhorias, além de subsidiar a Administração Municipal na instauração de processos administrativos junto à ANEEL ou à concessionária de energia, quando houver comprovação de pagamentos indevidos, de modo a possibilitar a recuperação de valores e a correção dos parâmetros de cobrança.

7.4. A solução contempla, ainda, a proposição de medidas preventivas e corretivas voltadas à eficiência energética, como readequação de demandas contratadas, correção de fator de potência, ajustes de modalidade tarifária e implementação de boas práticas de gestão do consumo de energia.

7.5. Dessa forma, a execução dos serviços permitirá à Administração Municipal otimizar seus gastos com energia elétrica, assegurar a conformidade técnica e regulatória e fortalecer a gestão sustentável dos recursos públicos.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII – Lei Federal nº 14.133/21).

8.1. Considerando a natureza dos serviços a serem contratados — que envolvem análises técnicas integradas, diagnósticos especializados e emissão de relatórios conclusivos sobre as contas de energia elétrica do Município —, não se recomenda o parcelamento da contratação.

8.2. A execução dos serviços requer uniformidade metodológica, continuidade técnica e tratamento global dos dados e informações levantadas, de forma a garantir a consistência dos resultados e a coerência das conclusões apresentadas. O fracionamento do objeto poderia comprometer a padronização das análises, dificultar a consolidação dos relatórios e gerar divergências técnicas entre diferentes prestadores de serviço.

8.3. Além disso, o conjunto das atividades — que envolve desde o levantamento inicial até a eventual interposição de processos administrativos perante a ANEEL — constitui um processo técnico e administrativo único, sendo, portanto, mais eficiente e econômico que seja executado por uma única empresa especializada, devidamente habilitada e responsável por todo o escopo contratual.

8.4. Dessa forma, a contratação integral (não parcelada) mostra-se a solução mais adequada, racional e vantajosa à Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Quanto ao atendimento da Lei Complementar nº 123/06, destacamos:

8.5.1. Que a presente contratação não se enquadra na hipótese de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a qual se aplica apenas aos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), uma vez que o valor da contratação não é previamente determinado, pois a remuneração será calculada sobre o percentual de êxito de R\$ 0,19 (dezenove centavos) por real efetivamente recuperado, o que inviabiliza a fixação de um valor estimado e a aplicação do teto legal;

8.5.2. Por se tratar de objeto de natureza técnica e indivisível, cuja execução demanda uniformidade metodológica e responsabilidade técnica única, não é possível o fracionamento ou a reserva de cotas ou a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5.3. Em que pese a não realização de licitação exclusiva ou com previsão de cota reservada, devem ser mantidos os demais benefícios da Lei Complementar nº 123/06, como a regularização fiscal tardia (art. 43, §1º) e o critério de desempate ficto (artigos 44 e 45).

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX – Lei Federal nº 14.133/21).

9.1. Com a execução dos serviços de consultoria técnica em engenharia elétrica, pretende-se alcançar resultados concretos e mensuráveis, que contribuam diretamente para a eficiência administrativa, a economicidade e a boa gestão dos recursos públicos.

9.2. Diagnóstico completo das condições de fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras do Município, incluindo análise de faturas, contratos e enquadramentos tarifários;

9.3. Identificação de inconsistências e cobranças indevidas, com a quantificação dos valores passíveis de restituição ou compensação;

9.4. Elaboração de relatórios técnicos detalhados, contendo recomendações para correções, adequações contratuais e melhorias nos sistemas de controle e gestão do consumo de energia;

9.5. Redução dos custos mensais com energia elétrica, por meio da readequação de demandas contratadas, correção de fatores técnicos e adoção de medidas de eficiência energética;

9.6. Apoio técnico à Administração Municipal na formalização e acompanhamento de processos administrativos junto à ANEEL e à concessionária de energia, visando à recuperação de valores pagos indevidamente;

9.7. Capacitação e orientação da equipe municipal quanto às melhores práticas de gestão do consumo e controle de despesas com energia elétrica;



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

9.8. Melhoria da governança energética e fortalecimento das ações de sustentabilidade e responsabilidade fiscal do Município.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X – Lei Federal nº 14.133/21).

10.1. Para viabilizar a contratação, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências:

10.1.1. **Aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência** pela autoridade competente, como etapa indispensável para o prosseguimento do processo de contratação;

10.1.2. **Previsão e reserva orçamentária** específica para a aquisição do veículo automotor tipo SUV e da escada banquetada reforçada, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

10.1.3. **Definição da modalidade e do procedimento de contratação**, considerando o enquadramento legal e os valores estimados, observando a Lei nº 14.133/2021 e regulamentos municipais;

10.1.4. **Elaboração e publicação do edital ou instrumento equivalente** nos meios exigidos pela legislação;

10.1.5. **Designação formal do agente de contratação** ou da comissão de contratação, com base no art. 8º da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. **Indicação formal do fiscal e do gestor do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

10.1.7. **Realização de pesquisa de mercado complementar**, se necessária, para confirmação dos preços antes da fase de contratação;

10.1.8. **Adoção de medidas para assegurar a transparência e a publicidade do processo**, garantindo a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI – Lei Federal nº 14.133/21).

11.1. A presente contratação não está vinculada a outras contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII – Lei Federal nº 14.133/21).

12.1. A execução dos serviços objeto da presente contratação não apresenta impactos ambientais significativos, uma vez que se trata de atividade de natureza essencialmente técnica, administrativa e analítica, consistindo na prestação de consultoria em engenharia elétrica, sem envolvimento direto com obras, intervenções físicas ou atividades potencialmente poluidoras.

12.2. As ações previstas concentram-se na avaliação e otimização do consumo de energia elétrica, revisão de contratos e identificação de oportunidades de eficiência energética, o que, ao contrário, tende a gerar efeitos ambientais positivos, ao promover a redução do desperdício de energia e incentivar o uso racional dos recursos naturais.

12.3. Eventuais deslocamentos de profissionais para coleta de informações ou vistorias em unidades consumidoras serão pontuais e não causarão impacto ambiental relevante, sendo recomendável apenas a adoção de boas práticas sustentáveis, como o uso racional de combustíveis, descarte adequado de resíduos e preferência por meios eletrônicos na tramitação e armazenamento de documentos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, XIII – Lei Federal nº 14.133/21).

13.1. Diante das informações apresentadas e da análise técnica realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada em consultoria técnica em engenharia elétrica é necessária, oportuna e vantajosa para a Administração Municipal.

13.2. A medida se justifica pela inexistência, no quadro funcional do Município, de profissionais com formação e habilitação técnica específicas para a execução das atividades de análise, auditoria e readequação das contas de energia elétrica, as quais demandam conhecimento especializado, domínio da legislação setorial e experiência comprovada no trato com o órgão regulador (ANEEL).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

13.3. A contratação permitirá ao Município identificar e corrigir possíveis irregularidades nas faturas de energia, recuperar valores pagos indevidamente, reduzir despesas correntes, e implementar ações de eficiência energética, resultando em benefícios financeiros, técnicos e ambientais.

14. RESPONSÁVEIS.

14.1. Declaro que participei ativamente de todas as deliberações acontecidas neste estudo técnico preliminar.

Candido Rodrigues/SP, em 14 de outubro de 2025.

ALEF HENRIQUE BERTOLO

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa